

UMA UNIVERSIDADE PARA O FUTURO

OPORTUNIDADE EMPRESARIAL

(ANÁLISE PRELIMINAR)

Britaldo Rodrigues ¹

1. - BREVES NOTAS SOBRE A SITUAÇÃO ACTUAL DO ENSINO

I.1. - CONSIDERAÇÕES GERAIS

I.1.1. – A diversificação das universidades

O sentido de universalidade (até sob o ponto de vista etimológico) é considerado factor indispensável que qualquer Universidade deve ter permanentemente presente para se considerar credível. E, para tal, tem-se optado, muito frequentemente, pela pan-disciplinaridade, isto é, quanto mais são as disciplinas e cursos, quanto mais variada é a investigação, maior será o grau de universalidade da Universidade.

Este modo de pensar poderia justificar-se se as instituições se comportassem como sistemas fechados como aconteceria, até certo ponto, quando as poucas universidades europeias se encontravam geograficamente separadas e, na perspectiva da época, por consideráveis distâncias. Na actualidade, porém, face ao desenvolvimento acelerado dos meios de comunicação a distância, as universidades comportam-se, cada vez mais, como sistemas abertos e, assim, deverá questionar-se se o critério da pan-disciplinaridade será o que permite a maior universalidade das instituições.

Em cada uma das universidades do futuro, muito possivelmente, só sobreviverão os centros disciplinares de excepcional qualidade. Os outros, acabarão por ter pouca expressão, ou até se extinguirão, numas destas instituições universitárias muito embora possam constituir noutras precisamente as unidades de qualidade excepcional. Assim, é muito provável que as universidades se venham a organizar em rede. Para esta rede cada uma das universidades contribuirá com o que de melhor possui, ou seja, com os seus centros de excelência, elevando-se, claramente, e num contexto global, a qualidade (nomeadamente a pedagógica). Este sistema será mais universalista, apresentará maior racionalidade de gestão (designadamente financeira) e dele resultará uma optimização da qualidade do “produto universitário”. Será, pois, possível, a existência de associações de universidades de âmbito regional, nacional ou internacional. Coexistirão, assim, diversos tipos de universidades sendo, portanto, mais correcto falar-se de universidades e não da Universidade para o futuro.

Aliás, tipos de ensino diferenciados em função dos conteúdos científicos, conduzem também à diversificação, consoante a opção pelas especializações que forem assumidas as quais, em princípio, serão as que melhor caracterizem e qualifiquem as instituições.

¹ Com a colaboração de António Silva Torres

Por todas estas razões, propomos algumas notas para reflexão sobre **uma** (das muitas possíveis) universidades para o século XXI e não sobre **a** Universidade para o século XXI.

Em qualquer universidade há, pois, que estabelecer estratégias para definição das desejáveis áreas de qualidade. E tal deverá ser feito, desde já, em parceria com outras universidades de alto prestígio internacional que possam vir a ser, no futuro, nossos parceiros nas grandes redes de ensino e de investigação a que a natural evolução dos conhecimentos, das instituições e dos meios de comunicação a distância conduzirá.

I.1.2. – As universidades como pedra angular do sistema educativo

No contexto das múltiplas funções que competem às universidades, há uma que marca indelevelmente o Sistema Educativo: referimo-nos à da formação de professores. Estes vão reproduzir, por longo intervalo de tempo, competências adquiridas mas, também, incompetências que pesarão, durante décadas, sobre as várias vagas de alunos quer do ensino básico, quer do secundário, quer do superior.

Assim, para se agir externamente sobre o Sistema Educativo admite-se que a estratégia mais eficaz será a de actuar sobre o ensino superior. Conclusão esta que será reforçada (e o âmbito da referida estratégia ampliada) pelo facto de às universidades actuais competir, ainda, a função da formação permanente que afectará, positivamente, não só os aludidos professores como também todos os diplomados que tenham a consciência da indispensabilidade da actualização permanente. Ou seja: permitirá não só uma acção que irá enformar o ensino em Portugal, como agirá aos mais variados níveis e diversificados sectores.

Em defesa da estratégia apontada propõe-se uma curta reflexão sobre o ciclo inter-retroactivo que Edgar Morin propõe no seu livro “Ciência com Consciência”.

Segundo este autor existe um ciclo inter-retroactivo entre Ciência, Tecnologia, Sociedade e Estado.

A Ciência, ao produzir conhecimento novo propõe um desafio à Tecnologia e que consiste na sua aplicação. Mas também a Tecnologia age sobre a Ciência. A título de exemplo, pode dizer-se que se a Ciência produzir conhecimento novo que leve a Tecnologia a desenvolver novos e mais poderosos meios de observação (seja, por exemplo, o microscópio electrónico) logo é equacionado um desafio à Ciência: a investigação a partir de novos e mais sofisticados meios de observação.

Como é evidente, o desenvolvimento científico e tecnológico tem o maior impacto na Sociedade, mas também esta age sobre a Ciência e a Tecnologia. Na verdade, a transmissão das novas descobertas podem produzir numa Sociedade culta a exigência de novos progressos científicos e tecnológicos. Por outro lado, a Sociedade pode agir no sentido oposto, impedindo o desenvolvimento da Ciência, por não ter atingido, ainda, a maturidade cultural que possa aceitar os novos saberes. A título de exemplo, e no contexto da teoria das revoluções paradigmáticas de Khun, veja-se o que sucedeu para se passar do paradigma ptolomeico para o paradigma galileico.

A evolução da Ciência, da Tecnologia e da Sociedade vai, obviamente, produzir impacto no Estado. Mas, também este interage retro-activamente com aquelas, de diversos modos, podendo referir-se, a título de exemplo, o grau de financiamento.

Mas, como é evidente, o conhecimento novo será estéril, numa perspectiva histórica, se não for transmitido às gerações vindouras. Então, as universidades deverão constituir o cerne deste ciclo retro-interactivo (a quem já denominou de “ciclo da modernidade”), pois que produzem conhecimento novo (Ciência) para o qual devem procurar aplicação (Tecnologia). A transmissão e debate crítico dos conhecimentos, que cumpre às universidades, é indispensável à evolução da Sociedade. Será de esperar que, com uma dinâmica deste jaez se venha a possuir melhor Estado.

Há, pois, que reformar a velha Universidade para que funcione, entre nós, o “ciclo da modernidade”. Tal desiderato só será atingido, pelo menos em fase inicial, por uma acção exterior àquela Universidade e que a obrigue a evoluir.

I.2. – REFERÊNCIA Á SITUAÇÃO PORTUGUESA

I.2.1. – A actual crise do sistema educativo

A crise do sistema educativo português já vem de longe e sempre acompanhada das melhores boas vontades para alterar a situação. Face a esta constatação, considera-se oportuno perguntar: será que o Sistema se pode auto-reformar ou será imprescindível uma acção exterior que aja sobre ele para vencer uma inércia e um corporativismo instalados e poderosos?

Já na primeira metade do século XX, o problema era equacionado e a situação apresentada sinteticamente por António Sérgio, do seguinte modo: “*A sociedade portuguesa enferma de três vícios: 1) “estatismo”; 2) “burocratismo”; 3) “bacharelismo”*. E definia o “bacharelismo” do seguinte modo: *“/.../”a educação pela palavra e pelo livro que cultiva a memória e o palavrório e não a iniciativa, o método, a perseverança e domínio dos instrumentos de trabalho”*.

A situação caracterizada por António Sérgio, por perdurar no tempo, vem justificar a descrença numa reforma do Sistema Educativo que resulte do próprio – do “interior”- do Sistema. E porque, também, ao Sistema Educativo compete, não exclusiva mas significativamente, a formação de elites, a situação vigente continua a preocupar-nos. Que o tema continua actual é evidente, sendo muitas vezes trazido à colação, nomeadamente em órgãos de comunicação social. Assim, e a título de exemplo, cito parte de uma pequena nota de autoria de Victor Andrade, publicada há um tempo no semanário “Expresso”: *“/.../”Era bom que os jovens tivessem uma palavra a dizer sobre a forma como o País está a ser conduzido. Era bom vê-los envolvidos em causas e ideais. Seria animador se neles se notasse uma consciência crítica, informada e inconformada. É caso para pensar se estamos a conseguir formar com sucesso as elites do futuro”*.

Reportemo-nos agora às universidades já que as consideramos pedra angular do sistema educativo.

As universidades portuguesas têm sido dirigidas e geridas por académicos. O facto parece natural, quando a sua própria criação tem resultado, fundamentalmente, da iniciativa destes, com maior ou menor apoio do Estado, cujo Departamento específico (Ministério da Educação/do Ensino Superior/da Ciência, etc.) tem estado, na maior parte dos casos, sob a responsabilidade directa (e indirecta) de académicos.

Como seria de esperar, face a tal situação, os docentes das universidades portuguesas, não deixando de, por inteiro, se interessarem por problemas nacionais, regem-se, porém, fundamentalmente, pelos seus interesses corporativos. Como é evidente, estamos a retratar uma tendência de ordem geral onde não cabem, obviamente, situações mais ou menos excepcionais.

O estatuto da carreira docente do ensino superior universitário constitui um bom exemplo do condicionamento da acção universitária aos interesses (legítimos) de progressão nesta carreira. Efectivamente, esta impõe provas, concursos e prazos que exigem trabalho árduo o que, em si, é uma virtude. E, deste modo, iniciado um trabalho de investigação (já que é este tipo de trabalho que mais determina o progresso na carreira docente) todo o tempo é pouco para o levar a bom porto. Assim, tudo o que “distraia” o investigador da tarefa seleccionada só lhe traz prejuízo, em termos da sua carreira. Só que, nestas “distrações”, deveriam estar incluídas, entre outras, melhor e maior preocupação com a docência, melhor interacção com a Sociedade, nomeadamente com o tecido empresarial, preocupação pela descodificação da Ciência para participação no desenvolvimento de uma Sociedade mais culta. Ora, à excepção, por vezes, de factores ligados à qualidade da docência, todos os outros, atrás citados, pouco qualificam o candidato para o progresso na sua carreira. Esta, por constituir um longo percurso, afasta-o por tempo muito significativo daquelas preocupações (ou “distrações”?) e, depois, é tarde ..., já que, então, lhe vai cair ou uma enorme carga administrativa sobre os ombros (e para a qual nem minimamente se formou), ou a responsabilidade de apoiar os mais novos a seguirem caminhos já por eles trilhados (ao que parece com êxito pessoal já que, assim, se pode “chegar” a professor catedrático...).

Será que, ao País, não será do maior interesse que entre os docentes universitários se encontrem expoentes máximos nas matérias cujo ensino ministram, independentemente do modo como essas capacidade e competências foram adquiridas? É evidente que os graus académicos não são para excluir mas, só por si, não representam maior competência relativa para a docência universitária.

Face à leitura do anterior parágrafo muitos dirão que uma tal transformação na concepção do sistema de recrutamento de pessoal docente não será possível em Portugal (País de “cunhas” e conluios medíocres). Tal dependerá, porém, do que se pretenda e do modo de organização da proposta Universidade para o século XXI. Será possível que esta Universidade siga o rumo sugerido pelo nosso Poeta Luís Vaz de Camões – Universidade do “saber de experiência feito” e do “honesto estudo com longa experiência misturado”?

Na senda da exemplificação de atitudes que revelam a defesa de interesses corporativos cite-se o actual problema da necessidade de encerramento de alguns cursos universitários o que é combatido pelos docentes. No caso do ensino superior público, acaso é tido em linha de conta pelos referidos docentes que muitos dos contribuintes que nunca frequentaram uma universidade estão a participar com os seus impostos na conservação de um conjunto de cursos inadequados aos interesses dos portugueses?

Também é verdade que o desajustamento da organização universitária face ao desafio da adaptabilidade levam a considerar a extinção de cursos como se de uma tragédia fosse. É que tal situação pode conduzir ao desaparecimento de um Departamento ou, se forem vários, mesmo ao de uma Faculdade. Mas será esta razão suficiente para os docentes se baterem pela conservação desta organização universitária que não dá resposta aos desafios do século XXI? Ou terá de agir sobre esta Universidade um factor dinamizador externo que conduza à sua evolução?

A própria investigação científica que, com o apoio da União Europeia, tem vindo a ser, finalmente, mais apoiada em Portugal parece, pelo menos em alguns casos, estar mais voltada para os interesses pessoais do investigador do que para o próprio País. Aliás, não se tendo ainda definido claramente uma política científica (em interacção com outros sectores da vida portuguesa) que estabeleça uma estratégia de desenvolvimento global (o que implica a assunção de prioridades), seria de esperar este resultado.

Nas nossas universidades, geralmente, os candidatos aos graus de mestrado e de doutoramento escolhem, ou é-lhes escolhido um tema que se insira nas preocupações do seu orientador, o que ajuda a provocar circuitos algo fechados, ou seja, não abertura a problemas fundamentais da Sociedade portuguesa.

Quando o orientador não é português, e grande parte do período de investigação decorre no estrangeiro, a situação pode ser de grande interesse ou não - e até se pode manifestar perversa para nós. Na verdade, não é incomum o candidato enveredar por temas de aplicabilidade ou de impacto nulo no contexto do nosso País. Quando regressa, a primeira (e natural) preocupação será a de conseguir condições que permitam o prosseguimento do seu trabalho. Assim se equipam laboratórios que são indiscutivelmente úteis para ele, para a equipa de colegas estrangeiros que se dediquem a esse tema, mas só muito vagamente para a nossa Sociedade. Poderá suceder mesmo que os trabalhos desenvolvidos sejam de grande qualidade e, por isso, publicados em revistas científicas incluídas no “citation index”. Se assim for, e nos termos em que é feita a avaliação dos Centros de Investigação, o critério relativo a publicações naquelas revistas será determinante para uma qualificação positiva que trará mais financiamentos a estes projectos. E, assim, se vão gastando parte dos nossos recursos sem que, muitas vezes, nos apercebamos de quanto melhor poderiam ser utilizados.

I.2.2. – As universidades particulares e cooperativas

Na Constituição da República Portuguesa está consagrado o princípio da liberdade de ensino. No nosso entender, só existe liberdade quando há alternativas, ou seja, se tivermos apenas ensino superior público não se poderá dizer que haja liberdade de ensino - já que não se verifica a oportunidade de se poder fazer uma escolha. Este ponto de vista não é partilhado, obviamente, pelos dirigentes de regimes totalitários.

Quando o regime democrático se instalou entre nós, verificou-se a criação de um considerável número de universidades particulares e cooperativas que, em princípio, deveriam constituir a aludida alternativa para que, neste sector, também pudéssemos saudar a Liberdade.

Tem-se verificado, porém, por parte do Estado, um comportamento que não se tem pautado pelos princípios anteriormente expressos. Efectivamente, para o reconhecimento de

utilidade pública das instituições, para aprovação dos respectivos estatutos, para reconhecimento de licenciaturas, etc., o Estado após recepção das propostas solicita pareceres a professores das universidades públicas (em geral), por vezes até já reformados (para garantia de maior isenção). O resultado (após longa espera) é que só são aprovadas as propostas que não se afastem dos modelos em vigor nas universidades públicas. Assim, neste momento, pode dizer-se que as universidades privadas retratam as universidades públicas pelo que, realmente, não constituem alternativas.

Deve reconhecer-se, porém, que também no momento em que as universidades privadas se encontravam em expansão em Portugal, os seus dirigentes não souberam, ou não conseguiram, aproveitar a oportunidade para se afirmarem como alternativas e de qualidade. Como os fundos resultantes das propinas eram elevados pensou-se, em muitos casos, que quantos mais alunos tivessem melhor seria, o que é verdade numa óptica exclusivamente financeira. Assim, a batalha que se impunha assumir para se constituírem em alternativas aos cursos, aos conteúdos das disciplinas, à organização, às metodologias de ensino, aos temas e estratégias para a investigação científica, às exigências para o corpo docente, ou ficou por travar ou foi muito ineficaz. De facto, em muitos casos, o que interessava, essencialmente, era o reconhecimento de muitos cursos de licenciatura para se receberem mais alunos. Para tal, e de acordo com o referido modo como as propostas eram analisadas no Ministério, mais valia não enveredar por altos voos e repetir, antes, os modelos seguidos nas universidades estatais.

Outro aspecto que muito desacreditou as universidades privadas, consistiu no modo como foram seleccionados os docentes (os ditos “turbo-professores”), em geral professores do ensino superior público, que iam repetindo sistematicamente as suas aulas em diversas instituições de ensino (público e privado). Por outro lado, eram leccionados, sobretudo, os chamados “cursos de papel e lápis”, ou seja aqueles em que não era necessário investir em equipamento laboratorial.

Quando se verifica, na actualidade, escassez de alunos e abertura significativa de vagas nos primeiros anos dos cursos ministrados nas universidades públicas, as suas congéneres privadas (por razões internas e externas, estas relativas a políticas ministeriais) não apresentam capacidade de competição. Na verdade, não se constituíram alternativa, não foi desenvolvido um corpo docente concorrencial de alta competência e as propinas são manifestamente superiores às do sector público.

Pode dizer-se, portanto, que, neste momento, este ensino superior particular e cooperativo que temos é um ensino de segunda escolha e, se não for rapidamente encontrada uma solução, tenderá a extinguir-se. De outro modo, mesmo que alguns paliativos sejam encontrados, que permitam o prolongar da sobrevivência do ensino superior particular e cooperativo nestes moldes e por mais uns anos, não será, porém, com estas instituições, algo desacreditadas, que se conseguirá encontrar a força de impacto suficiente, que é necessário provocar, para que dele resulte uma verdadeira reforma. E até por que não é possível a reforma de um sistema essencialmente conservador por entidades dependentes de ou inseridas no próprio sistema. É preciso, se necessário, desafiar pela positiva, o aludido sistema.

II. – PANORAMA FUTURO EXPECTÁVEL

II.1. – CONSIDERAÇÕES GERAIS

Na perspectiva da procura de soluções para os problemas explicitados haverá que passar em revista, em primeiro lugar, os recursos de que podemos dispor, no momento presente.

Voltando-nos para o ensino superior público reconhece-se que, nos últimos tempos, algum esforço tem sido levado a cabo para interacção com as empresas. Esta interacção é, porém, claramente insuficiente para as exigências nacionais. Deveria ser muito mais significativamente alargada, o que é difícil: por razões de organização das universidades públicas e por razões corporativas muito difíceis de ultrapassar.

Considerando o sector privado, a situação não é melhor, pelas razões já explicitadas. E, o mais preocupante é que, a continuar a actual evolução, a previsão é a da que a referida situação piore.

II.2. – FUTURO EXPECTÁVEL

As perspectivas de futuro não parecem, assim, muito risonhas a não ser que se encontre uma solução diferente daquelas que persistem na actualidade e que, por esse facto, constitua uma janela de oportunidades de índole empresarial.

Seriam as universidades privadas que poderiam, em princípio, constituir alternativas que provocassem transformações no sistema. Ora, face à política que vem sendo seguida, tal não será possível a não ser que propostas novas quebrem o estado prevalecente no actual momento e no expectável futuro.

Na verdade, para que as instituições de ensino privado sobrevivam financeiramente necessitam de um número mínimo de alunos. Mas para que estes se matriculem é necessário que a instituição privada seleccionada esteja reconhecida pelo Estado e considerada de utilidade pública. Tal dependência corta cerce uma afirmação autónoma dessa instituição (onde está a liberdade de ensino?), já que se o rumo seguido for eventualmente oposto ao adoptado pelo Governo, existem fortes probabilidades de retaliações que podem ser mortais para instituições já algo abaladas. Por outro lado, os cursos têm de ser aprovados e as licenciaturas (e outros graus académicos) têm de ser reconhecidos pelo Ministério da tutela (onde está a alternativa?). E se a universidade privada não proceder de modo a conseguir receber as autorizações, reconhecimentos, homologações, etc., ministeriais que aluno se vai matricular num curso não reconhecido por ninguém?

Face a estes condicionamentos é necessário encontrar uma solução em que uma universidade privada seja capaz de assumir a sua própria orientação científica, pedagógica e organizacional, que possa corresponder às necessidades do mercado de trabalho, independentemente das limitações que o Estado possa impor. Sendo assim, nada impede que os alunos frequentem cursos mesmo que não reconhecidos pelas entidades governamentais mas que o sejam por outras entidades credíveis que demonstrem uma maior probabilidade de inserção profissional dos alunos, no fim do curso, no mercado de trabalho.

O êxito de uma instituição não estatal deste tipo, se resultar de uma organização mais adaptável ao século XXI, de novos conteúdos programáticos, dum corpo docente com “saber de experiência feito”; com novas metodologias de ensino/aprendizagem, com a consciência de constituir motor indispensável ao pleno desenvolvimento do “ciclo da modernidade”, sujeita a uma avaliação constante das entidades empregadoras, constituirá uma alternativa concorrencial ao ensino superior público. A questão, aliás, pode colocar-se ao estudante da seguinte forma algo simplista: um diploma público para encaixilhar ou um diploma que embora não estatal lhe permita melhor inserção no mercado de trabalho? (como é óbvio nada impede que estes cursos acabem por ser reconhecidos oficialmente, o que constituirá vantagem acrescida).

Esta solução constituirá um futuro expectável, pois não é admissível a continuação do actual estado da situação. Capacidade de antecipação é fundamental no momento – pois que a oportunidade é flagrante.

III. – VISÃO ESTRATÉGICA E OPORTUNIDADE EMPRESARIAL

De modo muito sintético pode concluir-se que o mercado do ensino em Portugal contém imperfeições o que tem sido desenvolvido pormenorizadamente em trabalhos da especialidade. Essas imperfeições resultam, em larga medida, do desinteresse dos agentes económicos no envolvimento no processo de ensino, uma vez que não lhes é garantido o retorno do investimento por via da exploração directa dos conhecimentos induzidos aos formandos. Esta tem sido, aliás, a razão que tem levado à necessidade evidente de envolver fortemente o Estado no processo de ensino-aprendizagem.

O que não terá sido suficientemente analisado são as falhas da responsabilidade do Estado. O facto dos sistemas de mercado não funcionarem bem não justifica que a intervenção automática do Estado melhore ou resolva a situação.

No nosso caso, infelizmente, o sistema de ensino tem resultado de um sistema de mercado e de um Estado ambos imperfeitos. Estado que não tomou em consideração o pressuposto de que as pessoas escolhem racionalmente as formas mais fáceis de conseguir os graus académicos tendo, conseqüentemente, entrado irresponsavelmente no foro do facilitismo. Os maiores desastres económicos têm acontecido, na maior parte das vezes, devido a comportamentos racionais como reacção a incentivos proporcionados por instituições imperfeitas.

Os modelos de crescimento económico demonstram, sem margem para dúvidas, que os processos científico e tecnológico constituem factor chave para crescimento económico sustentável. Por sua vez, o processo de crescimento/desenvolvimento económico implica um aumento de nível de formação especializada. Ora a Educação contribui decisivamente para a disseminação de ideias e de conhecimentos específicos o que constitui meio indispensável para melhorar os níveis dos processos científicos e tecnológicos.

Portugal para prosperar e melhorar rapidamente o *PIB per capita* terá que enveredar por um acentuado crescimento económico e, por esta razão, surge renovado o interesse pela educação no processo de desenvolvimento. É este facto que tem produzido já visíveis alterações no mercado de ensino e que conduzirá, cada vez mais, à exigência de instituições

universitárias mais flexíveis, mais competentes, actualizadas, modernas e completamente entrosadas com as instituições empresariais.

O produto resultante do ensino superior só será valorável se corresponder a uma procura evidenciada pelo mercado empresarial. Só quem primeiro se aperceber que urge criar, em Portugal, este tipo de “Universidade/Business School” de excelência, terá vantagem competitiva que lhe permitirá manter-se num mercado que se tornará, num futuro breve, de grande rendibilidade e também fortemente concorrencial.

Resta concluir que não existe em Portugal uma única instituição com as características que, em nosso entender, o mercado de ensino vai exigir, pelo que, de todo o quadro traçado resulta uma evidente oportunidade de investimento com o mérito adicional de contribuir responsabilmente para a mudança necessária no espectro do ensino nacional.

IV. – MODELO EMPRESARIAL PROPOSTO

IV.1. – CARACTERIZAÇÃO DO MODELO

Pelas características muito específicas que se pretendem para a instituição universitária que se projecta, será vantajoso criar, como suporte, uma “Instituição para a Modernização e Promoção da Qualidade de Ensino” (ou outra designação comparável) que inclua destacadas figuras da área empresarial.

Esta “Instituição” deterá a maioria do capital da Universidade S.A., garantindo, por essa via, o prosseguimento das suas opções estratégicas.

A Universidade S. A., por seu lado, terá o restante capital disperso, possuirá um modelo de administração do tipo privado, será organizada, como mais adiante se referirá, de forma leve e flexível, sendo mais adaptável às condições futuras do que meramente adaptada ao presente.

Não obstante se ter afirmado que, se necessário, será de criar uma universidade de raiz, obedecendo aos critérios exigíveis, a situação ideal para implantação deste projecto seria, a partir de instalações já existentes, devidamente licenciadas e em actividade, adicionar o valor acrescentado resultante de novas áreas de actividade explorando, desse modo, eventuais sinergias e beneficiando de eventuais economias de escala.

De salientar que neste projecto se pretende que, através de protocolos, se estabeleça que as aulas práticas, na medida do possível, assim como, tendencialmente, as teóricas sejam ministradas nas próprias empresas, utilizando os seus parques industriais, laboratórios e centros de investigação. As empresas irão proporcionar condições materiais de funcionamento dos cursos à Universidade e esta facultará às empresas o seu potencial científico e tecnológico evitando, assim, duplicação de investimentos e conseguindo, simultaneamente, produtos melhor concebidos para ambas as partes.

Outra área considerada de evidente interesse é a criação, logo que possível, de uma “Instituição para a Formação Contínua em Ciências e Tecnologias Empresariais” (ou outra designação comparável) que, articulada com a Universidade, utilizando os meios humanos desta, será gerador de um permanente valor acrescentado

As actividades científicas e pedagógicas desta Universidade exigem uma cuidada organização que permitam a interacção com a Sociedade, nomeadamente com o tecido empresarial português.

A Universidade, e na perspectiva da adaptabilidade constante aos desafios (em ritmo acelerado) do futuro, deverá possuir uma estrutura tão racional e simples quanto o possível, evitando o percurso das universidades estatais, onde vêm sendo criados e reforçados, Departamentos, Faculdades, Institutos, etc. Estas unidades tendem a tornar-se mastodônticas, a ganhar um enorme poder, não se adaptando eficazmente ao mundo exterior, sobretudo quando este já não carece delas, por evolução natural do conhecimento ou por falta de procura dos estudantes.

Pensamos que, em termos da organização científico-pedagógica desta proposta Universidade para o século XXI, será de considerar o seguinte cenário:

1. - As capacidades científicas e pedagógicas desta Universidade residem nos seus docentes/investigadores
2. - Para desenvolvimento de qualquer acção procede-se à gestão matricial dos meios humanos, para tal mais qualificados, desenvolvendo-se um Projecto
3. - Os projectos podem ser de natureza variada, nomeadamente cursos de licenciatura, trabalhos de investigação científica e tecnológica, pós-graduações, cooperação nacional e internacional, etc.
4. - Quando existirem vários projectos relativos à mesma área do conhecimento podem criar-se “Áreas Científico-Pedagógicas”, tendo em vista a coordenação das acções.

Esta organização permite, claramente, maior adaptabilidade à evolução contínua que se vai verificando com o passar do tempo. Assim, uma vez criado um curso (Projecto) este deverá funcionar apenas enquanto a Entidade detentora da maioria do capital social da Universidade (eventualmente designada como “Instituição para a Modernização e Promoção da Qualidade de Ensino”) considerar que tal é necessário. E tal situação, de encerramento de um curso, não constitui nenhuma “tragédia” – é apenas um projecto que termina, recuperando-se, tanto quanto possível, os recursos humanos e materiais para serem afectos a outros projectos. Não se consideram, pois, nem Departamentos, nem Faculdades, nem Institutos – apanágio das universidades actuais, sobretudo das públicas.

Com uma gestão simplificada deste tipo, julgamos que a Universidade apresentará uma adequada adaptação ao presente e uma enorme adaptabilidade ao futuro. Cumprir-lhe-à responder às necessidades dos empresários com os quais haja celebrado contratos/programas e, assim, só devem ser desenvolvidos projectos (por exemplo cursos) que o mercado de trabalho evidencie serem úteis. E, sempre que assim não for dá-se por encerrado o respectivo projecto.

Esta é, ainda, uma organização que permitirá, com facilidade, a integração da Universidade numa futura rede de universitária que, como atrás destacamos será, muito provavelmente, uma solução que aproveitará do enorme desenvolvimento dos meios de comunicação a distância.

Todos os projectos deverão ser permanentemente avaliados, nomeadamente os cursos. Para estes a entidade detentora da maioria do capital social da Universidade deverá criar para

cada um, uma “Comissão de Acompanhamento do Curso”. Trata-se de, a todo o momento, avaliar o trabalho de ensino/aprendizagem em função das necessidades das entidades empregadoras e, nesta perspectiva, colaborarem com os docentes para um trabalho que responda, eficazmente, às necessidades empresariais.

As grandes questões atinentes a estratégias globais, definição de objectivos a curto, médio e longo prazos, o debate generalizado das questões da Universidade serão da competência de um Senado universitário. Por diversas ordens de razões, designadamente para que este não venha a transformar-se numa entidade académica que possa defender mais do que o razoável interesses corporativos dos docentes, este Senado será constituído maioritariamente por Membros oriundos da área empresarial.

Relativamente ao corpo docente, compete à Universidade procurar expoentes máximos do conhecimento português (ou internacional, quando for caso disso), para leccionação e desenvolvimento de outros projectos, nomeadamente os de investigação científica e tecnológica. Nesta procura, os graus académicos de Mestre e Doutor devem constituir factores importantes para a decisão mas, só por si, não excluem outras possibilidades de escolha.

Como a Universidade se irá voltar, seguramente, para cursos mais aplicados, o desejável é:

1. - A colaboração de individualidades que, na sua vida profissional, tenham alcançado, reconhecidamente, altos níveis de competência. Estes, se não se tornarem docentes em tempo integral, serão denominados de “professores convidados” e deverão desenvolver, de modo significativo, a interacção entre a Universidade e o tecido empresarial.
2. - A contratação de alguns docentes, também com larga experiência empresarial, em tempo integral, para garantir a necessária coordenação/direcção dos projectos e para garantirem a adequada estabilidade.

De qualquer modo, portanto, os professores deverão ser sempre aqueles que tenham demonstrado capacidades “pelo fazer”, para que tenhamos uma universidade do “honesto estudo com longa experiência misturado”.

Pelas mais variadas razões – nomeadamente em função da aplicação entre nós da Declaração de Bolonha – as metodologias de ensino/aprendizagem deverão ser cautelosamente debatidas e introduzidas as adequadas transformações e inovações.

Até à data, a organização do sistema de ensino universitário português tem-se apoiado, essencialmente, na leccionação de disciplinas curriculares, sendo a avaliação dos alunos efectuada através de exames (em muitos casos, apenas provas escritas).

Todos nós nos lembramos dos enormes “cadeirões” em que muitas das matérias ensinadas não nos pareciam de qualquer utilidade para o nosso curso específico o que o futuro nos veio, tantas vezes, confirmar.

É comum, em diversos cursos, os alunos começarem com “doses” maciças de cadeiras “gerais”, como Matemáticas, Física e Química, que ocupam, como tema de estudo essencial, os primeiros dois a três semestres dos cursos. Tal situação, para além de não

corresponder ao modelo mais eficaz (vejam-se os resultados ...), conduzem, muitas vezes, ao abandono escolar. Realmente, compreende-se que, por exemplo, alunos de Geologia, de Biologia, de Ciências do Ambiente, das Engenharias, e tantos outros, desanimem por não saberem qual o interesse, daquelas matérias leccionadas, para a sua vida futura.

Admitimos que será adequado o desaparecimento das disciplinas e a criação de áreas disciplinares. Ou seja, os alunos de um curso podem carecer de conhecimentos importantes de Matemática, mas não precisam de frequentar e aprender todo o conteúdo de uma disciplina de Matemáticas Gerais.

Tentemos, através de um exemplo, explicar mais pormenorizadamente a proposta atrás formulada.

Considere-se um aluno que se matricula no primeiro ano de um curso de Geologia. As primeiras aulas deverão ser da área de Geologia mas, rapidamente, começarão a surgir carências de conhecimentos de outras áreas. Admita-se, a título de exemplo, que se vai desenvolver um tema sobre consolidação magmática. Aí, o professor dirá: neste momento precisamos de conhecimentos de Termodinâmica, para compreensão da matéria, e que vocês ainda não possuem. Por seu lado, para compreender Termodinâmica são necessários conhecimentos de Matemática.

Nessa altura, módulos adequados de Matemática e, depois, de Termodinâmica, serão leccionados. Os alunos saberão, então, que estão a aprender o necessário e suficiente para compreensão do seu problema geológico: a consolidação magmática.

Mais tarde, quando lhe forem disponibilizados resultados analíticos de uma série de amostras representativas de um processo geológico, que se está a estudar, rapidamente se concluirá que são necessários conhecimentos de Estatística - e um módulo desta matéria será introduzido então.

A composição química de rochas e minerais, os processos de evolução geoquímica vão, também, demonstrar a necessidade de uma área de Química.

E assim, sucessivamente.

Cada módulo relativo a uma área disciplinar será leccionado intensivamente, ou seja, durante esse tempo não se processará em simultaneidade o ensino de outras matérias, o que exigirá um trabalho mais intensivo e mais profícuo.

Com esta metodologia encerra-se a situação do discente não fazer ideia para que se está a estudar algo que até pode ser bastante difícil. Os alunos serão levados a estudar o que realmente necessitam para o seu curso para se tornarem profissionais competentes.

Este modelo de ensino/aprendizagem é muito mais compatível com os ECTS (european credits transfer system) – parte integrante da Declaração de Bolonha - do que o actual.

De facto, os ECTS não correspondem só às classificações obtidas em exames de disciplinas. Consideram-se, antes, áreas disciplinares para as quais os alunos, para serem aprovados, carecem de determinado número de créditos. Estes, são obtidos continuamente

não só pela avaliação de testes teóricos e práticos como também por outros factores, nomeadamente, classificações de seminários, de estágios profissionais, apresentação de projectos, inserção em equipas de trabalho, interacção com empresas, etc.

A proposta de organização metodológica apresentada tem, ainda, a virtude de tornar viável a aplicação das determinações contidas na Declaração de Bolonha, sem que tal venha a produzir uma deterioração, ainda maior, do nosso ensino. Na verdade, se, efectivamente, muitos (ou a maior parte) dos cursos de 1º grau universitário (licenciatura ou qualquer outro nome que os países desejem adoptar) vão encurtar a sua duração para três anos, os programas e os *curricula* têm de ser criteriosamente alterados e seleccionados. E para que os alunos não fiquem pior preparados, muito pelo contrário, no que diz respeito ao essencial do que devem saber do seu curso, é necessário reduzir a dispersão por temas que, muito provavelmente, nunca mais ouvirão falar na vida.

Em termos educativos de referir, ainda, que esta Universidade terá de se preocupar não só com ela, em si mesma, mas também por aquilo que, no sector educativo, se passa a montante e a jusante.

Reportando-nos a jusante, a Universidade tem de prestar atenção muito particular à formação permanente dos cidadãos que são úteis às empresas. Em momento em que a obsolescência de conhecimentos é cada vez mais rápida, o desenvolvimento de cursos de pós-graduação, de especialização, de actualização, de reciclagem, é vital para os níveis de competitividade das empresas que empreguem os seus estudantes. Há que dar a garantia de que esta Universidade considerará sempre seus universitários todos aqueles que completaram ali os seus cursos. Assim, cumpre à Universidade não só leccionar bons cursos de graduação, mas garantir a actualização permanente dos seus ex-discentes (não sendo de excluir, como é óbvio, acções de formação mesmo para cidadãos que nunca tenham sido seus alunos).

A montante, propomo-nos promover a interacção com o ensino secundário. O desenvolvimento na área territorial em que se insira esta Universidade (em primeira fase, para mais tarde se alargar o âmbito do projecto) de uma relação estreita com as escolas parece fundamental. Trazer os alunos do secundário à Universidade para tomarem consciência da exigência, mas também da boa vontade, que encontrarão se ali se vierem a matricular; levar professores e alunos desta Universidade às escolas para colaborarem no desenvolvimento, ou criação, de “Clubes de Ciência”; promover “expedições científicas”; visitas de estudo a empresas, são hipóteses de trabalho, a que muitas outras se associarão, no sentido de se criar uma “Comunidade Educativa Empresarial”. O desenvolvimento deste projecto, para além de fomentar a desejável interacção universidade/escolas secundárias, produzirá também, pela maior visibilidade que será dada à Universidade, uma maior probabilidade dos discentes dessa “Comunidade Educativa” se matriculem aqui.

Como é naturalmente necessário numa universidade de índole empresarial uma área lectiva será do âmbito do empreendedorismo. Levar os estudantes a organizarem as suas próprias empresas, apoiados por “incubadoras de empresas” disponibilizadas pela nossa Universidade SA, irão marcar a diferença entre quem ensina “doando um peixe” e quem forma ensinando “a pescar”.

IV.2. – PLANO DE EXEQUIBILIDADE/VIABILIDADE ECONÓMICA

O plano de exequibilidade e a demonstração da viabilidade económica dependem de estudos a desenvolver junto de alunos, tecido empresarial e instituições concorrentes, entre outros.

Embora o conhecimento que detemos nesta área não nos deixe qualquer dúvida sobre a sua evidente rendibilidade, consideramos indispensável a realização das análises de base científica adequadas a este fim, tendo em vista a demonstração do potencial económico do projecto agora apresentado.

